

PRÁTICAS CONTÁBEIS NO SETOR PÚBLICO: A PERCEPÇÃO DOS CONTABILISTAS DO IFAL SOBRE A APLICAÇÃO DA NORMA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO – NBC TSP 16.10

ACCOUNTING PRACTICES IN THE PUBLIC SECTOR: THE PERCEPTION OF IFAL ACCOUNTANTS ON THE APPLICATION OF THE BRAZILIAN ACCOUNTING STANDARD APPLIED TO THE PUBLIC SECTOR – NBC TSP 16.10

Gesualdo Menezes Cavalcante¹
Márcio Mateus Ferreira de Aquino²
Sheila Mirian Barbosa Israel³
Alessandra Carla Ceolin⁴

Resumo

Este estudo buscou investigar a percepção dos contabilistas do Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia de Alagoas (IFAL) sobre a utilidade dos critérios e procedimentos para a avaliação e mensuração de ativos e passivos relacionados nas NBC T 16.10. A metodologia possui abordagem quantitativa e natureza descritiva, utilizando-se questionários para a coleta de dados. Os resultados evidenciaram que a percepção dos contabilistas do IFAL é positiva e a maioria dos respondentes reconhece que os critérios de avaliação e mensuração dos ativos e passivos discriminados na NBC TSP 16.10, quando implantados, promovem a melhoria da qualidade da informação contábil no setor público. No entanto, poucos profissionais implementam tais critérios nas práticas contábeis que realizam na instituição. Além disso, os resultados revelaram a necessidade de treinamento em relação a esse tema, pois 54% dos respondentes declararam não possuir ou ter apenas um conhecimento inicial referente a NBC TSP 16.10.

Palavras-Chave: Avaliação; Mensuração; Convergência Internacional; Setor Público.

Abstract

This study aimed to investigate the accountants perception the Federal Institute of Education, Science and Technology of the Alagoas (IFAL) on usefulness the criteria, procedures for the evaluation, measurement of assets and liabilities related to NBC T 16.10. The methodology has quantitative and descriptive approach, using questionnaires to collect data. The results showed the perception of IFAL's

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Controladoria (PPGC) da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), gesualdo.ifal@gmail.com, +55 81 3320.5403. Endereço: Rua Dom Manoel de Medeiros, s/n, Dois Irmãos | CEP: 52171-900 | Recife/PE.

² Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Controladoria (PPGC) da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), gesualdo.ifal@gmail.com, +55 81 3320.5403. Endereço: Rua Dom Manoel de Medeiros, s/n, Dois Irmãos | CEP: 52171-900 | Recife/PE.

³ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Controladoria (PPGC) da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), gesualdo.ifal@gmail.com, +55 81 3320.5403. Endereço: Rua Dom Manoel de Medeiros, s/n, Dois Irmãos | CEP: 52171-900 | Recife/PE.

⁴ Professora do Departamento de Administração e do Programa de Pós-Graduação em Controladoria (PPGC) da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), alessandra.acc@gmail.com, +55 81 3320.5403. Endereço: Rua Dom Manoel de Medeiros, s/n, Dois Irmãos | CEP: 52171-900 | Recife/PE.

accountants are positive and the majority of respondents recognize the criteria for evaluation, measurement of assets and liabilities broken down in NBC TSP 16.10, when implemented, promote the improvement the quality of information accounting in the public sector. However, a few professionals implement such criteria in the accounting practices and they perform on the institution. In addition, the results revealed a need for training about this theme, about 54% of the answers declared haven't or had initial knowledge regarding NBC TSP 16.10.

Keywords: *Evaluation; Measurement; International Convergence; Public sector.*

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, a contabilidade vem passando por um processo de transformação em nível mundial, baseado na essência da doutrina contábil, tanto no setor privado como no setor público. No setor público, essa mudança não ocorria desde a publicação da Lei nº 4.320/1964, e sua origem deu-se devido ao início do processo de convergência das normas contábeis, cujo processo abrange diversos países e tem como objetivo desenvolver pronunciamentos contábeis de alta qualidade, compreensíveis, exequíveis e aceitáveis globalmente (IFRS, 2017).

O processo de convergência das normas internacionais de contabilidade aplicadas ao setor público decorreu de iniciativas de vários órgãos. Em novembro de 2008, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) aprovou as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP), que trouxe vários dispositivos normativos, alterando substancialmente a estrutura anterior (SANTOS; ALMEIDA, 2012). Nesse contexto, Silva et al. (2012) relatam que essas normas contribuíram para a quebra de um paradigma no setor público uma vez que inseriram novas práticas, com maior ênfase da situação no patrimônio, se contrapondo à estrutura orçamentária até então vigente.

As NBC TSP, com destaque para a NBC T 16.10, publicada através da Resolução CFC nº 1.137/08, estabeleceu os procedimentos a serem adotados pelos agentes públicos, a partir de 2010, para a avaliação e mensuração de ativos e passivos das entidades do setor público. Essas normas objetivaram melhorar a qualidade de informação e evidência contábil das entidades do setor público.

Diante do atual processo de convergência das normas internacionais de contabilidade no setor público, que busca melhorar a assimetria das informações divulgadas nas demonstrações financeiras e, conseqüentemente, aperfeiçoar a gestão pública, surge à seguinte questão: Qual a percepção dos contabilistas do Instituto Federal de Educação Ciências e Tecnologia de Alagoas sobre a utilidade dos critérios e procedimentos para a avaliação e mensuração de ativos e passivos relacionados nas NBC T 16.10?

Sendo assim, esta pesquisa obteve o objetivo de investigar a percepção dos contabilistas do Instituto Federal de Educação Ciências e Tecnologia de Alagoas sobre a utilidade dos critérios e procedimentos para a avaliação e mensuração de ativos e passivos relacionados nas NBC T 16.10.

Nesse aspecto, justifica-se este estudo, pois a avaliação e mensuração dos ativos e passivos na administração pública são fundamentais para o controle do patrimônio público. Além do mais, mudanças nas normas também requerem mudanças de conduta dos profissionais da área. Assim, será possível verificar a percepção desses contabilistas em relação a essas mudanças e compreender de que forma está sendo realizada a preparação desses profissionais para atuarem frente às modificações advindas dessa convergência. Destaca-se que a pesquisa contribui no campo prático, no sentido de apontar a relevância dos

contabilistas compreenderem a importância dessa norma, em termos de mensurar os ativos e passivos das instituições públicas, da forma que melhor represente sua realidade.

Em termos estruturais, o artigo está dividido em cinco seções: a primeira, esta introdução, que apresenta a proposta e o objetivo desta pesquisa; em sequência, a fundamentação teórica, onde alguns conceitos são abordados e os estudos anteriores que suportam a temática são expostos; a terceira seção trata dos aspectos metodológicos que viabilizaram o estudo, cujos resultados são trazidos na quarta seção. A quinta e última seção evidencia as limitações do estudo, propostas para pesquisas futuras e as conclusões.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP)

No setor público, o início do processo de convergência deu-se por meio de ações de diversos órgãos: o Ministério da Fazenda (MF), através da Portaria nº 184/08 e do Decreto nº 6.976/09 estabeleceu a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) como Órgão Central de Contabilidade Federal e responsável pelas iniciativas dos trabalhos, buscando convergência aos padrões internacionais de contabilidade do setor público (SOARES; SCARPIN, 2010; SILVA; ROSA, 2015).

As dez primeiras normas de contabilidade aplicadas às entidades do setor público foram elaboradas pelo CFC, em 21 de novembro de 2008, e posteriormente em 25 de novembro de 2011, foi tornada pública a NBC TSP 16.11, que trata das regras básicas, mensuração e evidência dos custos no setor público, totalizando um total de 11 normas até então vigentes (CFC, 2016).

As NBC TSPs ofereceram profundas mudanças na contabilidade até então vigentes: alterou o enfoque orçamentário para o patrimonial, inserindo novos conceitos e formas de avaliação e mensuração do patrimônio público, o que aproximou a contabilidade praticada no setor privado; mudou a forma de escrituração e configuração do balanço patrimonial; impôs que as despesas e receitas públicas fossem contabilizadas pelo princípio da competência; criou o subsistema de custos, entre outras (NASCIMENTO et al., 2015).

As NBC TSPs foram elaboradas democraticamente, pautadas no sistema participativo com realização de audiências públicas, seminários, discussões e com a união de todos aqueles que fazem a contabilidade pública brasileira, desde profissionais até os órgãos e instituições envolvidas no processo (MAPURUNGA; MENESES; PETER, 2011).

Nesse sentido, Castro (2010) enfatiza as mudanças positivas ocorridas na contabilidade pública após as publicações das NBC TSPs, tais como: a aglutinação com os conceitos e regras internacionais; aprimoramento nas técnicas específicas de cada enfoque abordado (aspectos aderentes à doutrina da ciência contábil, aspectos orçamentários direcionados ao acompanhamento e execução orçamentária, aspectos econômicos e financeiros e os aderentes às regras fiscais e tributárias); benefícios na padronização e economicidade nos procedimentos referentes aos sistemas informatizados para empresas que atendem Municípios de Estados diferentes; melhora do ensino da contabilidade pública com a padronização dos conceitos; plano de contas único para as três esferas do governo (Municipal, Estadual e Federal) e homogeneidade de procedimentos contábeis entre os setores públicos e privados, que até então seguiam caminhos distintos.

Esta é uma realidade que decorre do desenvolvimento da contabilidade pública brasileira, nos últimos anos, com os objetivos de adequar os procedimentos adotados pela contabilidade internacional, através da convergência com as IPSAS. A migração da contabilidade pública brasileira do enfoque orçamentário, reforçado pela Lei nº 4.320 de

1964, para uma visão patrimonial baseada na doutrina contábil foi sedimentada com a aprovação das NBC TSP, aprovadas pelo CFC em 21 de novembro de 2008 (MACÊDO et al., 2010), as quais são discriminadas na Tabela 1.

Tabela 1 – Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas as Entidades do Setor Público

NUMERAÇÃO	RESOLUÇÃO – CFC	NORMA
NBC T 16.1	1.128/08	Conceituação, Objeto e Campo de Aplicação
NBC T 16.2	1.129/08	Patrimônio e Sistemas Contábeis
NBC T 16.3	1.130/08	Planejamento e seus instrumentos sob o Enfoque Contábil
NBC T 16.4	1.131/08	Transações no Setor Público
NBC T 16.5	1.132/08	Registro Contábil
NBC T 16.6	1.133/08	Demonstrações Contábeis
NBC T 16.7	1.134/08	Consolidação das Demonstrações Contábeis
NBC T 16.8	1.135/08	Controle Interno
NBC T 16.9	1.136/08	Depreciação, Amortização e Exaustão
NBC T 16.10	1.137/08	Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos em Entidades do Setor Público
NBC T 16.11	1.366/11	Sistema de Informação de Custos no Setor Público

Fonte: CFC (2008) – adaptado

As NBC TSPs 16.1 a 16.10 tornaram-se obrigatórias a partir do exercício de 2009 (1º de janeiro de 2010), enquanto que a NBC TSP 16.11, que trata da implantação do sistema de informação de custos do setor público, teve aplicação a partir de 2012. Vale destacar que devido à complexidade de alguns dispositivos das normas e à falta de preparo dos órgãos públicos em cumprir o prazo inicial, a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) vem prorrogando de vigências das NBC TSPs. Os critérios de avaliação e mensuração de ativos e passivos, por exemplo, apresentam dispositivos novos, tais como, os ativos intangíveis e o tratamento contábil dos bens de uso comum do povo, o que demanda tempo para se adaptar a nova realidade. Como este trabalho busca estudar apenas a NBC T 16.10, a mesma será apresentada na próxima seção.

2.2 NBC T 16.10 - Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos em Entidades do Setor Público

Os critérios e procedimentos para a avaliação e a mensuração de ativos e passivos a serem aplicados nas entidades do setor público tiveram significativas mudanças a partir da Resolução CFC nº 1.137/08, que aprovou a NBC T 16.10. Esta norma busca alinhar os procedimentos e práticas na escrituração, evidenciação e elaboração das demonstrações contábeis, de forma a torná-las convergentes com as IPSAS.

Nesse sentido, Iudícibus, Martins e Gelbcke (2003) apresentam a avaliação como sendo um processo que busca materializar a potencialidade dos serviços em determinada moeda corrente ou valor que corresponda, e o valor do ativo é atribuído através da soma das importâncias a serem pagas futuramente por meio dos fluxos de serviços que serão obtidos, descontando a possibilidade de juros e valores eventuais. Dessa forma, Rossetto et al. (2001) complementam que a avaliação dos ativos pode ser quantificada com base em valores de entrada, que representam o sacrifício que a empresa teve, tem ou terá que realizar para adquirir determinado recurso (custo histórico, custo corrente e custo de reposição futuro) ou valores de saída.

De acordo com a NBC T 16.10, a avaliação patrimonial é a atribuição de valor monetário a itens do ativo e do passivo decorrentes de julgamento fundamentado em consenso entre as partes e que traduza, com razoabilidade, a evidenciação dos atos e dos fatos administrativos. Já a mensuração consiste na constatação de valor monetário para itens do ativo e do passivo decorrentes da aplicação de procedimentos técnicos suportados em análises qualitativas e quantitativas. Hendriksen e Van Breda (2010, p. 304) apontam que a “mensuração é o processo de atribuição de valores monetários significativos a objetos ou eventos associados a uma empresa”. Os autores também ressaltam que os passivos são mensuráveis e, em geral, são medidos pelo valor presente das saídas de caixa. Uma importante mudança quanto à mensuração dos elementos patrimoniais foi a introdução do valor justo. De acordo com a NBC T 16.10, a mensuração a valor justo também é utilizada para aos ativos biológicos e os instrumentos financeiros.

Para Antunes et al. (2012), o patrimônio das empresas, em geral, que atendem aos critérios de evidenciação, pode ser mensurado por valores de entradas ou de saídas. A regra geral discriminada nas normas contábeis de vários países é a de mensuração por valores de entrada, preferencialmente, pelo custo histórico.

A resolução CFC nº 1.137/08 que aprovou a NBC T 16.10 relaciona os critérios de avaliação e mensuração de ativos e passivos para entidades do setor público com a finalidade de elaboração e divulgação das demonstrações contábeis, e trazem no escopo do seu texto, além das definições de avaliação e mensuração, outras definições relevantes, apresentadas na Tabela 2.

Tabela 2 – Definições sobre avaliação e mensuração, e outras relevantes.

ÍTEM	DEFINIÇÃO
Influência significativa	Poder de participar das decisões sobre políticas financeiras e operacionais de uma investida, mas sem que haja o controle individual ou conjunto dessas políticas.
Reavaliação	Adoção do valor de mercado ou de consenso entre as partes para bens do ativo, quando esse for superior ao valor líquido contábil.
Redução ao valor recuperável (<i>impairment</i>)	Redução nos benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços de um ativo que reflete o declínio na sua utilidade, além do reconhecimento sistemático por meio da depreciação.
Perda por desvalorização	Montante pelo qual o valor contábil de um ativo ou de unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável.
Redução valor de aquisição	Soma do preço de compra de um bem com os gastos suportados direta ou indiretamente para colocá-lo em condição de uso.
Valor justo	O preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.
Valor realizável líquido	Quantia que a entidade do setor público espera obter com a alienação ou a utilização de itens de inventário quando deduzidos os gastos estimados para seu acabamento, alienação ou utilização.
Valor recuperável	Valor de mercado de um ativo menos o custo para a sua alienação, ou o valor que a entidade do setor público espera recuperar pelo uso futuro desse ativo nas suas operações, o que for maior.

Fonte: CFC (2008) – adaptado

A NBC T 16.10 estabelece diversos critérios, conforme a natureza e operacionalidade da transação (CFC, 2016), quando se refere à avaliação e mensuração dos grupos e subgrupos do ativo e do passivo: disponibilidades, créditos e dívidas, estoques, investimentos permanentes, imobilizado e intangível. As disponibilidades são mensuradas ou avaliadas

pelo valor original, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial (CFC, 2016). As aplicações financeiras de liquidez imediata são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, atualizadas até a data do Balanço Patrimonial (CFC, 2016).

Os créditos e dívidas podem ser mensurados a valor original, valor presente e/ou prováveis valores de realização: Os direitos, os títulos de créditos e as obrigações são mensurados ou avaliados pelo valor original, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial, o que está em conformidade com o artigo 106, inciso I, da Lei nº 4.320/64 que criou normas gerais para elaboração e controle dos Balanços da União (CFC, 2016). Os direitos, os títulos de crédito e as obrigações prefixadas são ajustados a valor presente (CFC, 2016). E as provisões são constituídas com base em estimativas pelos prováveis valores de realização para os ativos e de reconhecimento para os passivos (CFC, 2016).

Os estoques são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou no valor de produção ou de construção (CFC, 2016). Todavia, podem ser mensurados a valor de mercado quando o valor de aquisição, de produção ou de construção for superior ao valor de mercado e quando houver deterioração física parcial, obsolescência, bem como outros fatores análogos que afetem os produtos (CFC, 2016). Já os resíduos e os refugos devem ser mensurados, na falta de critério mais adequado, pelo valor realizável líquido (CFC, 2016).

Já os estoques de animais e de produtos agrícolas e extrativos devem ser mensurados ao valor justo menos a despesa de venda no momento do reconhecimento inicial e no final de cada período de competência (na data das demonstrações contábeis), exceto quando o valor justo não puder ser mensurado de forma confiável (CFC, 2016).

Destaca-se ainda que o método para mensuração e avaliação das saídas do almoxarifado é o custo médio ponderado e se não for viável a identificação de custos específicos dos estoques, para companhias que usam este método, deve-se continuar utilizando o custo médio ponderado, corroborando com o artigo 106, inciso III, da Lei nº 4.320/64 que criou normas gerais para elaboração e controle dos Balanços da União (CFC, 2016).

As participações permanentes em empresas cuja administração tenha influência significativa devem ser mensuradas ou avaliadas pelo método da equivalência patrimonial e as demais participações podem ser mensuradas ou avaliadas de acordo com o custo de aquisição (CFC, 2016).

O ativo imobilizado, incluindo os gastos adicionais ou complementares, é mensurado ou avaliado com base no valor de aquisição, produção ou construção. Quando se tratar de ativos do imobilizado obtidos a título gratuito deve ser considerado o valor resultante da avaliação obtida, com base em procedimento técnico ou valor patrimonial definido nos termos da doação. Nesse contexto é oportuno destacar que nas instituições públicas há dificuldades em avaliar os bens, visto que, na maioria dos casos, não tem servidores públicos capacitados e, além do mais, as empresas especializadas cobram um valor muito caro o que acaba não inviabilizando o processo, pois a relação custo-benefício afeta o princípio de economicidade (CFC, 2016).

Existe uma grande polêmica entre os estudiosos e profissionais da contabilidade sobre a contabilização e mensuração dos bens de uso comum, pois a partir da NBC T 16.10 esses bens passaram a ter tratamento contábil, em destaque: “os bens de uso comum quando absorveram ou absorvem recursos públicos, ou aqueles eventualmente recebidos em doação, devem ser incluídos no ativo não circulante da entidade responsável pela sua

administração ou controle, estejam, ou não, afetos a sua atividade operacional. A mensuração desses bens será efetuada, sempre que possível, ao valor de aquisição ou ao valor de produção e construção” (CFC, 2016). Neste sentido, o trabalho de Lima et al. (2011) revelou que a maior dificuldade no tratamento contábil desses bens está no critério de mensuração (atribuição de valores), visto que não existe consenso em qual o melhor critério a ser adotado.

O ativo intangível, inovação trazida pela Lei nº 11.638/07, são os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, e são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção (CFC, 2016). Destaca-se que este grupo de ativo é um dos mais polêmicos e controversos da Ciência Contábil, dado as suas características específicas e dificuldade de mensuração, como ocorre com os bens de uso comum.

Os critérios de avaliação e mensuração emanados da NBC T 16.10 variam de acordo com as características de ativo e passivo que se deseja evidenciar. Os ativos intangíveis, por exemplo, são difíceis de mensurar, inclusive pode haver a utilização de fórmulas matemáticas para conseguir atribuir valor a esses bens, o que traz grandes desafios aos profissionais de contabilidade do setor público. Identificando essa dificuldade por parte dos contadores públicos, o módulo a seguir apresentará os estudos realizados a fim de identificar a percepção dos contadores quando à utilização das normas de contabilidade aplicada ao setor público.

2.3 Estudos Anteriores sobre a Percepção dos Contadores quanto ao uso das Normas de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público

A fim de identificar a percepção dos contadores públicos quanto ao uso das Normas de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, realizou-se um levantamento dos estudos realizados anteriormente que tiveram este objetivo, tanto no âmbito nacional como no internacional. Neste aspecto, destacam-se as pesquisas realizadas por Guthrie (1998); Kober, Lee e Ng (2010); Oliveira (2014); Alves, Canan e Lima (2015); Calado (2015); Piccolo e Klann (2015); e, Cavichioli, Fiirst e Asta (2016); os quais serão apresentados na Tabela 3.

Tabela 3 – Estudos Anteriores Sobre a Percepção dos Contadores Quanto às Normas de Contabilidade Pública.

AUTOR (ES) /ANO	RESUMO DA PESQUISA
Guthrie (1998)	Buscou-se apresentar uma análise contextual e histórica da aplicação da Contabilidade no Setor Público Australiano (APS). Os achados apontaram a aplicação da contabilidade de exercício, empregando relatórios financeiros, sistema de gestão, relatórios do governo e orçamento de acumulação.
Kober, Lee e Ng (2010)	Buscou-se examinar a utilização de vários sistemas de contabilidade na percepção dos usuários internos e externo sobre as informações contábeis, informações baseadas nos Princípios de Contabilidade Geralmente Aceitos (GAAP) e as informações baseadas no acúmulo de Sistema de Previsão Global (GFS) percebida como útil para tomada de decisão a nível departamental no setor público australiano.
Xavier e Silva (2012)	Buscou-se identificar a percepção dos contadores de instituições vinculadas ao Ministério da Educação em relação à utilidade da informação contábil quando a referência passa a ser as informações a partir da adoção das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público. Os resultados mostraram que as informações produzidas em decorrência das mudanças introduzidas pelas NBCASP são capazes de maximizar a utilidade da informação contábil no processo de tomada de decisão.
Oliveira	Buscou-se conhecer os impactos no patrimônio, no resultado e as dificuldades na

(2014)	adoção das novas NBCASP no Senac, através da percepção dos responsáveis pelas informações contábeis. Obteve-se que todos os departamentos adotam o novo plano de contas aplicado ao setor público e realizam depreciação dos bens obedecendo ao calendário do STN. A maioria (95% e 76%) faz reavaliação dos seus bens imóveis de acordo com a NBCASP e utilizaram o regime de competência para a contabilização de suas atividades no sistema contábil, respectivamente. No entanto, apenas 29% utilizam a Demonstração do Resultado Econômico.
Alves, Canan e Lima (2015)	Buscou-se verificar os desafios que os contadores enfrentam na implantação das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público. Dentre os achados, obteve-se que as dificuldades estão relacionadas ao nível de discricionariedade desses profissionais. As normas relacionadas à implementação do sistema de custos foram as que atribuíram maior preocupação. Sobre avaliação e mensuração dos ativos e passivos, os resultados evidenciaram que quase metade dos entrevistados discordou que pessoas, processos e a estrutura administrativa das prefeituras estão em condições de implementar os critérios e procedimentos discriminados na NBC T SP 16.10.
Calado (2015)	Buscou-se conhecer a percepção dos profissionais ligados à elaboração, divulgação e gestão das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público nos Estados e capitais brasileiras, em um cenário de implantação NBC TSP e de mudanças significativas no processo. Sendo assim, a pesquisa mostrou que o enfoque orçamentário ainda é real no setor público, e que a DFC, novidade trazida pela NBCASP, os profissionais (contadores) ainda estão se adequando para elaborar e publicar esta demonstração de forma que atendam aos interesses dos diversos <i>stakeholders</i> .
Piccolo e Klann (2015)	Buscou-se identificar a percepção dos contadores públicos nas áreas de informação, atualização profissional e a mudança de cultura operacional com relação às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP). Os achados identificaram que metade dos contadores reconhece ter amplo conhecimento das normas aplicadas ao setor público, mas que as normas precisam ser aperfeiçoadas, principalmente nos casos de aplicação de critérios de depreciação, elaboração das demonstrações e notas explicativas.
Cavichioli, Fiirst e Asta (2016)	Buscou-se analisar as percepções, visões e entendimentos das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) pelos contadores públicos da Região da AMOP (Associação dos Municípios do Oeste do Paraná). Os contadores utilizam um sistema que atende as atuais mudanças da contabilidade pública e possuem amplo conhecimento sobre as NBCASP. Além disso, os profissionais acreditam que as mudanças dificultarão o trabalho e que trouxeram mais responsabilidade para a profissão.

Fonte: Elaboração própria (2017)

Diante das pesquisas apresentadas e relacionando-as com o objetivo proposto neste estudo, que busca estudar a percepção dos contabilistas de uma instituição pública quanto ao uso de uma norma contábil específica, destaca-se que, diferente da literatura apontada anteriormente, este estudo buscou estudar a norma que trata da avaliação e mensuração de ativos e passivos no setor público, relevante por apresentar algumas particularidades quando comparada com o setor privado, e por conta disso, gera algumas discussões no meio acadêmico. Sendo assim, apresenta-se na seção a seguir, com os procedimentos metodológicos que viabilizaram este estudo.

3 METODOLOGIA

Com a finalidade de atingir o objetivo proposto para esta pesquisa, que buscou investigar a percepção dos contabilistas do IFAL sobre a utilidade dos critérios e procedimentos para a avaliação e mensuração de ativos e passivos relacionados nas NBC T 16.10, foi operacionalizado um levantamento de campo (*survey*) de natureza descritiva e feita uma abordagem quantitativa, uma vez que utilizou da estatística descritiva para explicar os

resultados obtidos. Destaca-se que a pesquisa descritiva tem como propósito fazer afirmação para descrever aspectos de uma população ou analisar a distribuição de determinadas características. Neste tipo de pesquisa, geralmente, o pesquisador descreve sub amostras e faz comparações entre elas (RICHARDSON et al., 2015).

O universo da pesquisa foi escolhido por conveniência e contemplou os 39 servidores que ocupam cargos de Contadores ou de Técnicos em Contabilidade do IFAL, que estão distribuídos entre as 16 unidades. A pesquisa foi composta por um grupo de servidores contabilistas que, tanto profissionalmente como em termos de representação funcional, possuem relação direta com o objeto da pesquisa.

De acordo com Relatório de Gestão do IFAL (IFAL, 2015), a instituição se trata do maior centro de referência em educação profissional em Alagoas. Tal reconhecimento decorre da excelência e qualidade dos cursos ofertados, de forma integrada e em diferentes níveis e modalidades de ensino. Sempre levando em consideração as tendências do setor produtivo e o cenário regional, visando à inclusão social do jovem e do adulto trabalhador, no sentido de proporcionar-lhes educação continuada, disseminando a inovação constante das ciências e das novas tecnologias.

A coleta dos dados foi realizada por meio de um questionário adaptado de Silva e Rosa (2015), validado por uma doutora na área contábil e constituído em três blocos, divididos entre: (1) caracterização dos respondentes; (2) conhecimentos sobre o processo de NBC TSP; e, (3) utilidade dos critérios e procedimentos para a avaliação e mensuração de ativos e passivos, cujas questões estão apresentadas na Tabela 4.

Tabela 4 – Questões da pesquisa

BLOCO 1
1 - Qual instituição trabalha?
2 – Qual seu nível de formação acadêmica?
3 - Qual tempo de experiência na área pública?
BLOCO 2
1 - Qual seu nível de conhecimento sobre a implementação das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP)?
2 - Já participou de algum evento a respeito das NBC TSP?
3 - Você acredita que a convergência internacional no setor público resulta em benefício para a administração pública?
4 - Qual seu nível de conhecimento sobre o processo de Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos em Entidades do Setor Público, previsto na NBC TSP 16.10?
5 - Já implementou um dos critérios de Avaliação e Mensuração de ativos e passivos, discriminados na NBC TSP 16.10, na instituição pública em que trabalha?
BLOCO 3
1 - A implementação dos critérios e procedimentos para a avaliação e a mensuração de ativos e passivos para o setor público é?
2 - Os critérios de avaliação e mensuração dos ativos e passivos, discriminados na NBC TSP 16.10, como procedimentos que promovem a melhoria da qualidade da informação contábil no setor público é:

Fonte: Elaboração própria (2017)

O questionário foi confeccionado no Word versão 2007 e foi enviado por *e-mail*, *in loco*, e também foi feito contato direto via telefone com os servidores de cargo de contador e técnico em contabilidade ativos do IFAL. Os *e-mails* e telefones foram adquiridos junto à Coordenação de Contabilidade da Unidade de Reitoria do IFAL. Foram enviados 38 (trinta e oito) questionários. A data da coleta dos dados foi entre 28 de maio a 20 de junho de 2016, obtendo uma quantia de 35 questionários respondidos, ou seja, 92,11% do total

encaminhado. A Tabela 5 mostra a quantidades de contabilistas que participaram da pesquisa distribuídos por unidade do IFAL.

Tabela 5 - Quantidade de Respondentes por Unidade do IFAL

UNIDADE DO IFAL		PROFISSIONAIS		
Campi/Reitoria	Ordem	Contador	Técnico em Contabilidade	Total
Arapiraca	1	1	2	3
Coruripe	2	-	1	1
Maceió	3	1	2	3
Maragogi	4	1	1	2
Marechal Deodoro	5	1	-	1
Murici	6	1	1	2
Palmeira dos Índios	7	1	1	2
Penedo	8	1	1	2
Piranhas	9	1	-	1
Reitoria	10	4	5	9
Rio Largo	11	-	1	1
Santana de Ipanema	12	1	-	1
São Miguel dos Campos	13	-	1	1
Satuba	14	1	3	4
Viçosa	15	-	2	2
TOTAL		14	21	35

Fonte: Dados da pesquisa (2016)

Diante das informações discriminadas na Tabela 5, observa-se que houve respondentes em todas as 15 unidades do IFAL que foram enviados os questionários, o que mostra o volume e a representatividade da pesquisa em praticamente todo IFAL. O *campus* da cidade de Batalha foi o único que ficou de fora da pesquisa, pois não possuía servidor contabilista lotado naquela unidade até a data da coleta dos dados (2016). As análises dos dados foram feitas através de estatística descritiva, os cálculos foram elaborados em planilhas do *Microsoft Excel 2007*, assim como a confecção das tabelas, cujos resultados são apresentados na próxima seção.

4. SÍNTESE DOS RESULTADOS

O primeiro bloco do questionário enfatiza as características dos respondentes e explanou: primeiro o nível de formação acadêmica e depois o tempo de experiência que eles possuem na área pública. Pontua-se que os dados colhidos tiveram representatividade dos profissionais de Contabilidade de 15 unidades do IFAL, 14 campi e a Reitoria.

Tabela 6 - Formação Acadêmica

Formação	Frequência	Percentual (%)
Técnico em Contabilidade	2	5,7
Graduação	5	14,3
Especialização	26	74,3
Mestrado	2	5,7
Total	35	100,0

Fonte: Dados da pesquisa (2016)

Em face das constatações acima, verifica-se a grande maioria dos contabilistas (vinte e seis) possuem especialização, dois possuem mestrado e também dois não tem cursos superior, obtendo formação a nível técnico. Nenhum dos contabilistas entrevistados possui doutorado. Diante do exposto, verifica-se que o número de servidores que tem especialização é predominante, equivalente a 74,3% dos respondentes.

Continuando a análise da primeira parte da pesquisa, a Tabela 7 mostra o tempo de experiência que os respondentes possuem na área pública.

Tabela 7 - Tempo de Experiência na Área Pública

Faixa Etária	Frequência	Percentual (%)
De 1 a 5 anos	20	57,1
De 6 a 10 anos	5	14,3
De 11 a 15 anos	3	8,6
Mais de 15 anos	7	20,0
Total	35	100,0

Fonte: Dados da pesquisa (2016)

Analisando os dados da Tabela 7, observou-se que mais da metade dos contabilistas, ou seja, 57,1% atuam de 1 a 5 anos na área pública; 7 servidores, cerca de 20,0%, trabalham no serviço público há mais de 15 anos; 14,3% trabalham de 6 a 10 anos e apenas 8,6% trabalham de 11 a 15 anos.

No segundo bloco do questionário, buscou-se identificar o nível de conhecimento dos respondentes sobre o processo de implantação das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP), por meio da aplicação de 05 perguntas: a primeira procura saber qual o nível de conhecimento sobre a implementação das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP); a segunda quer saber se o respondente já participou de algum evento a respeito das NBC TSP; a terceira indaga se os profissionais acreditam que a convergência internacional no setor público resulta em benefícios para a administração pública; a quarta quer saber o nível de conhecimento sobre o processo de avaliação e mensuração de ativos e passivos em entidades do setor público, previstos na NBC TSP 16.10; e quinta e última quer verificar se os servidores já implementaram um dos critérios de avaliação e mensuração de ativos e passivos, discriminados na NBC TSP 16.10, na instituição pública em que trabalham. A Tabela 8 apresenta o nível de conhecimento dos profissionais a respeito da implementação das NBC TSP.

Tabela 8 - Nível de Conhecimento Sobre a Implementação da Norma NBC TSP.

Nível	Frequência	Percentual (%)
Fraco	5	14,3
Regular	8	22,9
Bom	18	51,4
Muito Bom	4	11,4
Total	35	100,0

Fonte: Dados da pesquisa (2016).

Os valores da Tabela 8 indicam que 51,4% dos contabilistas do IFAL têm um bom nível de conhecimento sobre a implementação das normas contábeis; 22,9% declararam ter um conhecimento regular e cerca de 11,4% e 14,3% relataram ter um nível de conhecimento muito bom e fraco, respectivamente. Apesar disso, faz-se mister ressaltar que pode haver a possibilidade de algum respondente ter declarado que tem o conhecimento, mas na verdade o conhecimento pode não existir de fato, pois fatores como: medo, desvalorização profissional, preconceito, dentro outros podem inibir respostas de nível regular ou fraco, por exemplo. Os números ainda revelaram que a soma dos profissionais que se declararam com conhecimento regular com os de conhecimento fraco chega ao total de 13 servidores, o que representa 37,2% da amostra. Isso mostra que existe a necessidade de treinamento para que esses profissionais obtenham mais conhecimentos sobre a implementação das NBC TSP.

A Tabela 9 trata da participação dos profissionais em eventos sobre as Normas de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e sobre os benefícios da convergência internacional para a administração pública.

Tabela 9 - Participação em Eventos a Respeito das NBC TSP.

Resposta	Frequência	Percentual (%)
Sim	24	68,6
Não	11	31,4
Total	35	100,0

Fonte: Dados da pesquisa (2016).

Quando questionados sobre a participação em algum evento a respeito das NBC TSP, 68,6% dos respondentes declararam que Sim, e 31,4%, dos profissionais assinalaram que nunca participaram de nenhum evento a respeito das NBC TSP. Neste sentido, percebe-se mais de 30% dos servidores necessitam de cursos de capacitação sobre a temática em questão, pois o profissional bem qualificado poderá enfrentar com mais robustez os desafios e as mudanças advindas do processo de convergência internacional de contabilidade no setor público.

Os contabilistas também foram questionados sobre os benefícios da convergência internacional para a administração pública, conforme Tabela 10.

Tabela 10 - Crença em que a Convergência Internacional do Setor Público Resulta em Benefício para a Administração Pública.

Resposta	Frequência	Percentual (%)
Sim	33	94,3
Não	2	5,7
Total	35	100,0

Fonte: Dados da pesquisa (2016).

Os resultados sinalizam que 94,3% dos respondentes percebem que a convergência internacional é um processo de grande importância para a administração pública. Apenas 5,7% dos contabilistas declararam que a convergência não traz benefícios para a administração pública. Diante do exposto percebe-se que a maioria absoluta dos servidores contabilistas do IFAL veem com bons olhos o processo de convergência, embora muitos ainda precisam se capacitar para essas mudanças.

A Tabela 11 reflete o nível de conhecimento sobre o processo de avaliação e mensuração de ativos e passivos em entidades do setor público, previstos na NBC TSP 16.10 conforme abaixo.

Tabela 11 - Nível de Conhecimento Sobre o Processo de Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos em Entidades do Setor Público, Previsto na NBC TSP 16.10.

Nível de conhecimento	Frequência	Percentual (%)
Não possui	6	17
Iniciante	13	37
Intermediário	14	40
Avançado	2	6
Total	35	100

Fonte: Dados da pesquisa (2016)

Observa-se na Tabela 11 que o número de profissionais que possuem um nível avançado de conhecimento a respeito do processo de avaliação e mensuração de ativos e passivos em entidades do setor público previsto na NBC TSP 16.10 é bastante deficiente, apenas 6% da amostra; 40% possuem um conhecimento intermediário; 37% são iniciantes; e 17% declaram não ter nenhum conhecimento a respeito do processo de avaliação e mensuração. Desta forma, 54% dos informantes ou são iniciantes no nível de conhecimento ou não possuem conhecimento nenhum a respeito do tema. Pode-se ver nestes dados a necessidade de fornecer treinamentos e incentivos aos contabilistas para aperfeiçoamento técnico sobre o processo de avaliação e mensuração de ativos e passivos previstos na NBC TSP 16.10. Pontua-se que pode haver a possibilidade de algum respondente ter declarado que tem o conhecimento, mas na verdade o conhecimento pode não existir de fato, pois fatores com: medo, desvalorização profissional, preconceito, dentro outros podem inibir respostas do tipo “iniciante” ou “não possui” o conhecimento, por exemplo.

A Tabela 12 apresenta os resultados sobre a implementação dos critérios de avaliação e mensuração de ativos e passivos no IFAL.

Tabela 12: Implementou um dos critérios de Avaliação e Mensuração de ativos e passivos, discriminados na NBC TSP 16.10, na instituição pública em que trabalha.

Resposta	Frequência	Percentual (%)
Sim	1	2,9
Não	34	97,1
Total	35	100,0

Fonte: Dados da pesquisa (2016)

Analisando a quinta e última pergunta do segundo bloco da pesquisa, observa-se na tabela acima que 97,1% dos informantes nunca implementaram um dos critérios de avaliação e mensuração de ativos e passivos, discriminados na NBC TSP 16.10 no Instituto Federal de Alagoas; apenas 2,9% dos informantes já implantou um dos critérios de avaliação e mensuração de ativos e passivos. Neste sentido, observa-se que, apesar da obrigatoriedade existente em Leis e outros normativos, das 15 unidades do IFAL pesquisadas, apenas 01 implantou algum critério de avaliação e mensuração de ativos e passivos discriminados na NBC TSP 16.10. Isso revela a dificuldade ou falta de prioridade da administração pública em atender às novas regras contábeis advindas do processo de convergência internacional de contabilidade no setor público.

O terceiro bloco de questionamentos procura verificar a percepção dos contabilistas do IFAL sobre a utilidade dos critérios e procedimentos para a avaliação e mensuração de ativos e passivos relacionados nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP). A Tabela 13 visa identificar se a implementação dos critérios e procedimentos para a avaliação e a mensuração de ativos e passivos tem utilidade para o setor público.

Tabela 13 - Nível de Importância que o Entrevistado dá a Implementação dos Critérios e Procedimentos para Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos para o Setor Público.

Nível de Importância	Frequência	Percentual (%)
Não tem utilidade	1	3
Indiferente	2	6
Muito útil	32	91
Total	35	100

Fonte: Dados da pesquisa (2016)

Os valores da Tabela 13 mostram que 91% dos contabilistas do IFAL entendem que a implementação dos critérios e procedimentos para a avaliação e a mensuração de ativos e passivos é muito útil para o setor público; 6% acham que os critérios de avaliação e mensuração são indiferentes e apenas 3% disse que não tem utilidade.

A última pergunta da pesquisa foi elaborada para identificar a significância dos critérios de avaliação e mensuração dos ativos e passivos, discriminados na NBC TSP 16.10, como procedimentos que promovem a melhoria da qualidade da informação contábil no setor público. Os resultados desses questionamentos estão resumidos na Tabela 14.

Tabela 14 - Relevância dos critérios de avaliação e mensuração dos ativos e passivos, discriminados na NBC TSP 16.10, como procedimentos que promovem a melhoria da qualidade da informação contábil no setor público.

Relevância	Frequência	Percentual (%)
Irrelevante	1	3
Importante	13	37
Muito importante	21	60
Total	35	100

Fonte: Dados da pesquisa (2016)

Os números da Tabela 14 refletem que 60% dos respondentes consideram que os critérios de avaliação e mensuração dos ativos e passivos, discriminados na NBC TSP 16.10, como procedimento promovem melhoria da qualidade da informação contábil no setor público e que é muito importante; 37% declararam ser importante e apenas 3% disseram ser irrelevante.

Sendo assim, nota-se que os critérios de avaliação e mensuração dos ativos e passivos discriminados na NBC T 16.10 promovem a melhoria na qualidade da informação contábil no setor público, e que, além de ser uma imposição legal, sua implantação contribui para que as entidades do setor público participem do processo de convergência internacional de contabilidade de maneira mais efetiva, promovendo informações mais fidedignas e transparentes a toda a população.

5 CONCLUSÃO

Este estudo buscou investigar a percepção dos contabilistas do IFAL sobre a utilidade dos critérios e procedimentos para a avaliação e mensuração de ativos e passivos relacionados nas NBC T 16.10. Em segundo momento, verificou-se como está sendo realizada a preparação desses profissionais para atuarem frente às modificações advindas da NBC T 16.10.

Os resultados descrevem que a maioria dos contabilistas da referida instituição, acredita que a implementação dos critérios e procedimentos para a avaliação e mensuração de ativos e passivos é “muito útil” para a administração pública e que promovem melhoria da qualidade da informação contábil no setor público. Desta forma, acredita-se que as mudanças advindas do processo de convergência no que tange a norma NBC T 16.10 traz benefícios e vantagens que podem melhorar a gestão pública, proporcionar uma melhor evidenciação nos relatórios contábeis e promover a transparência no serviço público.

Apesar de quase todos os respondentes acreditarem que os critérios de avaliação e mensuração dos ativos e passivos “promovem a melhoria da qualidade da informação contábil no setor público” e boa parte declararem ter algum conhecimento sobre a implementação das NBC TSP, apenas um servidor implementou um dos critérios de avaliação e mensuração de ativos e passivos no IFAL. Além disso, mais da metade dos contabilistas declararam que possuem um conhecimento iniciante ou que não possuem conhecimento sobre o processo de avaliação e mensuração de ativos e passivos previstos na NBC T 16.10. Assim, observa-se a necessidade de atualização desses profissionais.

Desta forma, foi possível observar que, de forma geral, a percepção dos contabilistas do IFAL é positiva quanto à utilidade dos critérios e procedimentos para a avaliação e mensuração de ativos e passivos relacionados à NBC T 16.10. Todavia, existe uma necessidade real de maior acompanhamento do processo de convergência, pois apesar da obrigatoriedade da Lei, apenas um profissional, dentre os trinta e cinco contabilistas que participaram da pesquisa implementou algum critério de avaliação e mensuração discriminado na NBC T 16.10.

É importante destacar que além da busca individual pelo conhecimento, através de cursos de educação continuada, é necessário o apoio institucional, pois adequar as normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais não é uma tarefa fácil. Destaca-se que este estudo se limita a apresentar informações de apenas uma entidade pública, sendo necessário ampliar a amostra para aplicação do instrumento e, assim, obter resultados mais robustos. Recomenda-se, também, a realização de outras pesquisas que busquem verificar a percepção dos profissionais de contabilidade sobre o processo de convergência internacional de contabilidade, no que se refere aos critérios de avaliação e mensuração de ativos e passivos discriminados na NBC T 16.10 em outros segmentos da administração pública.

REFERÊNCIAS

ALVES, H. S. F.; CANAN, I.; LIMA, E. I. de. Desafios na implementação das Normas brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público. In: CONGRESSO DE CONTABILIDADE 2015. *Anais...* Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis/SC, 2015.

ANTUNES, M. T.; GRECCO, M. C.; FORMIGONI, H.; MENDONÇA, O. A adoção no Brasil das normas internacionais de contabilidade IFRS: o processo e seus impactos na qualidade

da informação contábil. **Revista de Economia & Relações internacionais**, v. 10, n. 20, p. 5-19, 2012.

BRASIL. Normas Brasileiras de contabilidade aplicada no setor público. Disponível em: <http://cfc.org.br/wp-content/uploads/2016/02/nbc_tsp_28092015.pdf> Acesso em 18 de junho de 2016.

BRASIL. Normas Brasileiras de Contabilidade ao Setor Público. Disponível em: <http://portalcfc.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2013/11/setor_publico.pdf> Acesso em 16 de junho de 2016.

BRASIL. Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para Elaboração e Controle dos Orçamentos e Balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4320.htm>. Acesso em 16 de junho de 2016.

BRASIL. Portaria Ministério da Fazenda nº 184, de 25 de agosto de 2008. Dispõe sobre as diretrizes a serem observadas no setor público quanto aos procedimentos, práticas, elaboração e divulgação das demonstrações contábeis, de forma a torná-los convergentes com as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicada ao Setor Público. Disponível em: <<http://www.fazenda.gov.br/aceso-a-informacao/institucional/legislacao/portarias-ministerial/2008/portaria184>>. Acesso em 16 de junho de 2016.

CALADO, J. E. S. **Demonstrações contábeis aplicadas ao setor público: um estudo sobre a percepção dos profissionais que elaboram e divulgam as demonstrações nos estados e capitais brasileiros**. Dissertação (Mestrado). Fundação Instituto Capixaba de Pesquisa em Contabilidade, Economia e Finanças – FUCAPE, Vitória/ES, 2015.

CASTRO, D. P. **Auditoria, contabilidade e controle interno no setor público: integração das áreas do ciclo de gestão: contabilidade, orçamento, e auditoria e organização dos controles internos, como suporte à governança corporativa**. 3º Ed. São Paulo, Editora Atlas, 2010.

CAVICHIOLO, D.; FIRST C.; DALL’ASTA, D. A percepção dos contadores sobre normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público (NBCASP). In: CONGRESSO DE CONTABILIDADE E GOVERNANÇA, 2. **Anais...** Brasília/DF, 2016.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Normas Internacionais de Contabilidade para o Setor Público: Edição 2010. *International Public Sector Accounting Standards (IPSAS), editadas pela International Federation of Accountants (IFAC)*, traduzidas para o português. Disponível em: <http://portalcfc.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2013/01/ipsas2010_web.pdf>. Acesso em 13 de agosto de 2016.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Resolução CFC nº 1.137/2008. Aprova a NBC T 16.10 – Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos em Entidades do Setor Público. Disponível em: <http://www1.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2008/001137>. Acesso em 01 de maio de 2017.

GUTHRIE, J. *Application of accrual accounting um the australian public sector – Rhetoric or reality?* *Financial Accountability & Management*, v.14, n. 1, p. 1-19, 1998.

HENDRIKSEN, É.; VAN BREDA, M. **Teoria da Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2010.

IFRS. Quem Somos e o que Fazemos. Disponível em: < <http://www.ifrs.org/-/media/feature/about-us/who-we-are/who-we-are-portuguese.pdf>>. Acesso em 28 de abril de 2017.

INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS – IFAL. Relatório de Gestão do IFAL. Disponível em:<http://www.desenvolvimento.ifal.edu.br/observatorio/informacoes-institucionais-1/rel_gest/copy_of_rel_gest/view>. Acesso em 26 abril de 2017.

IUDÍCIBUS, S.; MARTINS, E.; GELBCKE, E. R. **Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações: Aplicáveis às Demais Sociedades - FIPECAFI**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

KOBER, R.; LEE, J.; NG J. *Mind your accruals: Perceived usefulness of financial information in the australian public sector under different accounting systems.* *Financial Accountability & Management*, v. 26, n. 3, p. 267-298, 2010.

LIMA, D. V. de; SILVA, M. C. da; BORGES, E. F.; MATIAS-PEREIRA, J. Pesquisa empírica: uma contribuição ao tratamento contábil dos bens de uso comum. **Revista Ambiente Contábil**, v. 3, n. 2, p. 34-44, 2011.

MACÊDO, J. M. A.; SILVA, L. M.; PEDERNEIRAS, M. M. M.; LOPES, J. E. G.; RIBEIRO FILHO, J. F.; FEITOSA, M. G. G. Convergência Contábil na Área Pública: Uma análise das percepções dos auditores de TCES, contadores e gestores públicos. **Revista de Contabilidade e Organizações - FEA-RP/USP**, v. 4, n. 8, p. 69-91, 2010.

MAPURUNGA, P.; MENESES, A.; PETER, M. O processo de convergência das normas internacionais de contabilidade: uma realidade nos setores privados e públicos brasileiros. **Revista Controle**, v. 9, n. 1, 2011.

NASCIMENTO, J. O.; SANTOS, S. M. S.; ZITTEI, M. V. M.; ARNOSTI, J. C. M. A nova contabilidade aplicada no setor público: uma mudança de paradigma, a contabilidade não mais vista exclusivamente pelo enfoque orçamentário e financeiro. In: CONGRESSO DE CONTABILIDADE, **Anais...** Universidade Federal de Santa Catarina. UFSC, 2015.

OLIVEIRA, W. **Adoção das normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público (NBCASP) no sistema “S”: A percepção dos profissionais do setor**. Dissertação (Mestrado). Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado – FECAP. São Paulo, 2014.

PICCOLI, M. R.; KLANN, R. C. A percepção dos contadores públicos em relação às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP). **Revista do Serviço Público**, v. 66, n. 3, p. 425-448, 2015.

RICHARDSON, R.; PERES, J. A.; WANDERLEY, J. C.; CORREIA, L.; PERES, M. **Pesquisa Social: Métodos e Técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

ROSSETTO, V.; NOBRE, W.; SILVA, P. R.; MARTINS, E. **Valores de entrada**. In: Fipecafi; Martins, E. (Ed.). Avaliação de empresas: Da mensuração contábil à econômica. São Paulo: Atlas, 2001.

SANTOS, C. B.; ALMEIDA, K. K. N. Análise introdutória das mudanças provocadas na contabilidade pública pelas normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público. **Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade**, v. 1, n. 1, p. 21-38, 2012.

SILVA, A.; MACEDO, M.; SAUERBRONN, F.; SZUSTER, N. Avaliação de ativos imobilizados no setor público: estudo de caso em uma organização militar da Marinha do Brasil. **Revista de Informação Contábil**, v. 6, n. 3, p. 51-73, 2012.

SILVA, L.; ROSA, F. Aspectos de convergência da contabilidade no setor público: um enfoque sobre a implantação do sistema de custos segundo a percepção de contadores municipais do Estado de Santa Catarina. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS, 22. **Anais...** Foz do Iguaçu, 2015.

SOARES, M.; SCARPIN, J. E. A Convergência da Contabilidade Pública Nacional às Normas Internacionais e os Impactos na Aplicação da DRE na Administração Direta. **Revista Catarinense da Ciência Contábil**, v. 9, n. 27, p. 25-42, 2010.

XAVIER, A.E.J.; SILVA, J.D.G, da. Percepção de operadores da contabilidade quanto à relevância das mudanças introduzidas pela adoção das normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público: Um estudo em instituições vinculadas ao ministério da educação. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS. **Anais...** Bento Gonçalves, RS, Brasil, 2012.